

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

Relatório da Administração 2021

Introdução: A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. apresenta a seguir o relatório das principais atividades referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Companhia:** A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015. **Destques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 27.800 mil veículos equivalentes pagantes em 2021 (+12,7%). A receita líquida atingiu R\$162,1 milhões em 2021. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$128,6 milhões em 2021 (+22,5%). O EBITDA ajustado² totalizou R\$80,9 milhões em 2021 (+31,6%) e a margem EBITDA ajustada², 62,9%.

Destques (em milhões de R\$)	2021	2020	Var.
Volume de tráfego ¹	27.800	24.667	12,7%
Tarifa Média	4,76	4,36	9,1%
Receita líquida	162,1	240,7	-32,7%
EBITDA Ajustado ²	81,0	61,5	31,8%
Margem EBITDA Ajustada ²	63,0%	58,5%	4,4 p.p.
Capex	67,0	139,7	-52,1%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 27.800 mil em 2021, aumento de 12,7% em relação aos 24.667 mil em 2020. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 13,3% e o tráfego de veículos pesados, aumento de 9,6% devido à flexibilização das medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao COVID-19.

Praça de Pedágio	Cobrança R\$	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)												
		Categoria de veículo												
1		4,90	9,80	7,35	14,70	4	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45	34,30	39,20	44,10

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$174,3 milhões em 2021, redução de 30,5% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à redução da receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$12,2 milhões, aumento de 22,4% em relação a 2020. **Receitas de Pedágio:** R\$ 132,4 milhões em 2021, aumento de 23,2% (R\$24,9 milhões), devido, principalmente, ao maior volume de tráfego causado pela flexibilização das medidas restritivas de isolamento no combate ao COVID-19 e ao reajuste tarifário; **Receitas Acessórias:** R\$ 8,5 milhões em 2021, aumento de R\$1,0 milhão (+12,9%), em função do aumento dos contratos do uso da faixa de domínio. **Receita de Construção:** R\$ 33,5 milhões em 2021, redução de 75,3% (R\$102,3 milhões), devido à conclusão das obras de acesso à Linha Vermelha.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2021	2020	Var.
Receitas de Pedágio	132,4	107,5	23,2%
Receitas Acessórias	8,5	7,5	12,9%
Receita de Construção	33,5	135,7	-75,3%
Total	174,3	250,7	-30,5%

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.668,7 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2021. Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2021	2020	Acumulado até 2019
Receitas de Pedágio	132,4	107,5	671,6
Receitas Acessórias	8,5	7,5	46,4
Receita de Construção	33,5	135,7	525,8
Total	174,3	250,7	1.243,8

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$98,4 milhões em 2021, redução de 51,3% em relação a 2020. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$47,6 milhões, aumento de 9,4%. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2021	2020	Var.
Pessoal	15,7	14,1	11,2%
Conservação e manutenção	5,3	4,9	8,1%
Serviços de terceiros	14,1	13,0	8,6%
Seguros, poder concedente e locações	6,2	6,0	3,1%
Outros	6,4	5,5	14,9%
Custos caixa	47,6	43,5	9,4%
Depreciação e amortização	18,3	13,8	32,4%
Provisão manutenção ICPC 01	(1,0)	9,2	-110,5%
Custo de construção de obras ICPC 01	33,5	135,7	-75,3%
TOTAL	98,4	202,2	-51,3%

Pessoal: R\$15,7 milhões em 2021, aumento de 11,2%, devido ao reajuste salarial anual e quando comparado com o exercício de 2020 em que houve redução salarial e jornada de trabalho nos meses de maio e junho de 2020 de acordo com a adesão à Lei nº 14.020/2020. **Conservação e Manutenção:** R\$5,3 milhões em 2021, aumento de R\$ 0,4 milhão (+8,1%), principalmente em função dos custos com limpeza manual. **Serviços de terceiros:** R\$14,1 milhões em 2021, aumento de R\$1,1 milhão (+8,6%), devido, principalmente, ao incremento nos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS e, nos gastos com ambulância. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$6,2 milhões em 2021, aumento de R\$0,2 milhão (+3,1%), em função do repasse realizado ao Poder Concedente relacionado ao aumento da receita de pedágio. **Outros:** R\$6,4 milhões em 2021, aumento de R\$0,8 milhão (+14,9%), devido, principalmente, ao aumento dos custos com postais e telégrafos e energia elétrica. **Depreciação e Amortização:** R\$18,3 milhões em 2021, aumento de R\$4,5 milhões (+32,4%), devido à atualização da curva de tráfego. **Provisão para manutenção:** R\$(-1,0) milhão em 2021, redução de R\$10,1 milhões (-110,5%), em função da adequação do cronograma de obras. **Custo de construção:** R\$33,5 milhões em 2021, redução de R\$102,3 milhões (-75,3%), em função da conclusão das obras de acesso à Linha Vermelha. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado de R\$1.165,8 milhões desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2021.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2021	2020	Acumulado até 2019
Custos	98,4	202,2	865,2

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **EBITDA:** Em 2021, o EBITDA¹ totalizou R\$82,0 milhões. O EBITDA ajustado², excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$81,0 milhões (margem EBITDA Ajustada² de 63,0%), redução de 31,8% em relação a 2020.

EBITDA (em milhões de R\$)	2021	2020	Var.
Lucro líquido	14,6	2,8	n.m.
Depreciação e amortização	18,3	13,8	32,4%
Resultado Financeiro	41,3	34,2	20,7%
Imposto de renda e contribuição social	7,8	1,5	n.m.
Receita de Construção	33,5	135,7	-75,3%
Custo de Construção	(33,5)	(135,7)	-75,3%
EBITDA ¹	82,0	52,3	56,7%
Margem EBITDA ¹	50,6%	21,7%	28,9 p.p.
Provisão para manutenção	(1,0)	9,2	n.m.
EBITDA Ajustado ²	81,0	61,5	31,8%
Margem EBITDA Ajustada ²	63,0%	58,5%	4,5 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012.

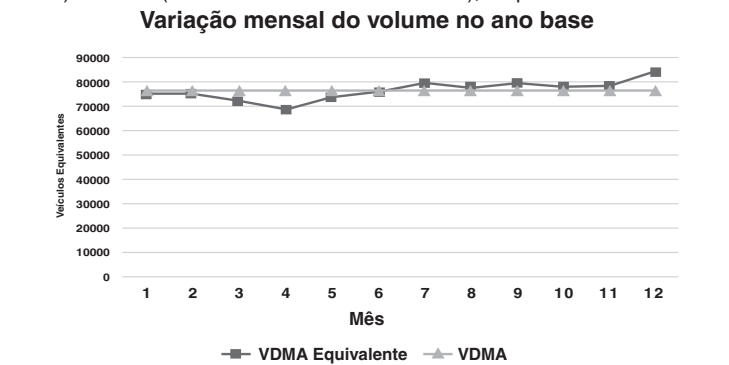
² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$41,3 milhões, o que representa um aumento das despesas financeiras no montante de R\$7,1 milhões em relação aos R\$34,2 milhões negativos em 2020. Essa variação ocorreu devido, principalmente, aos Juros e Variação monetária sobre debêntures.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	2021	2020	Var.
Juros sobre debêntures	(11,7)	(10,4)	12,0%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(19,6)	(16,9)	16,3%
Variação monetária sobre debêntures	(25,2)	(10,3)	145,5%
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1,3)	(1,3)	0,7%
Amortização de custos sobre debêntures	-	(0,0)	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(3,1)	(2,7)	14,9%
Juros Capitalizados	14,9	4,2	n.m.
Receitas de aplicações financeiras	6,0	4,1	45,5%
Outros efeitos financeiros	(1,2)	(0,9)	27,0%
TOTAL	(41,3)	(34,2)	20,7%

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2021	2020	Var.
Leves	23.528	20.770	13,3%
Pesados	4.272	3.897	9,6%
Total	27.800	24.667	12,7%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão. Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2021, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.



Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante teve aumento de 9,1% em 2021.

Tarifa Média (em R\$)	2021	2020	Var.
Ecoponte	4,76	4,36	9,1%

Em julho de 2021, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecoponte com aumento de 6,5% devido, principalmente, à variação do IPCA e à incidência dos Fatores D, C e Q. O reajuste estava previsto para ser aplicado a partir de 01 de junho de 2021, conforme contrato de concessão. A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2021:

Praça de Pedágio	Cobrança R\$	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Especial	
1		4,90	9,80	7,35	14,70	4	9,80	19,60	24,50	29,40	2,45	34,30	39,20	44,10

Lucro líquido: Em 2021, a Ecoponte apresentou lucro líquido de R\$14,6 milhões, aumento de R\$11,8 milhões em relação a 2020. **Endividamento:** A Ecoponte encerrou dezembro de 2021 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no montante de R\$145,1 milhões e dívida bruta, composta por financiamentos do BNDES e debêntures, no valor de R\$497,6 milhões, sendo 95,6% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,3 milhão e o saldo com arrendamentos a pagar era de R\$0,5 milhão. A dívida líquida encerrou o ano em R\$352,5 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 4,4x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, 15 e 17 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2021	31/12/2020	Var.
Curto Prazo	21,8	12,7	70,9%
Debêntures	7,8	0,9	n.m.
Empréstimos e financiamentos	14,0	11,9	17,8%
Longo Prazo	475,8	438,3	8,6%
Debêntures	249,9	230,0	8,6%
Empréstimos e financiamentos	225,9	208,3	8,5%
Dívida Bruta¹	497,6	451,0	10,3%
Obrigações com Poder Concedente	0,3	0,3	6,7%
Arrendamentos a Pagar	0,5	0,5	1,5%
Endividamento Bruto	498,5	451,9	10,3%
Caixa e equivalentes de caixa + Aplic. Financeiras e Conta Reserva	145,1	115,1	26,1%
Endividamento Líquido	353,4	336,8	4,9%
Dívida Líquida¹	352,5	335,9	4,9%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.

Investimentos: Os investimentos totalizaram R\$67,0 milhões em 2021.

CAPEX (em milhões de R\$)	2021		
	Intangível / Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecoponte	56,5	10,5	67,0
CAPEX (em milhões de R\$)	2021	2020	2019
Hardware e equipamentos de pedágio	1,3	0,8	1,9
Máquinas e equipamentos	1,3	0,1	0,6
Contrato de concessão	26,4	13,4	22,4
Intangível em andamento	37,9	125,3	230,0
Software de terceiros	0,2	0,2	0,1
Total	67,0	139,7	255,0

A tabela abaixo demonstra os investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2021	2020	Acumulado até 2019
Intangível	64,5	138,8	633,6
Imobilizado	2,6	0,9	14,3
Total	67,0	139,7	647,9

Valor Adicionado: Em 2021, o valor adicionado líquido gerado com riqueza atingiu R\$91,9 milhões, isto é, 52,7% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 27,6 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$62,9 milhões e a representatividade de 25,1%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2021	2020	Var.
Valor adicionado líquido	91,9	62,9	46,0%
Receita operacional bruta	174,3	250,7	-30,5%
Representatividade	52,7%	25,1%	27,6 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2021 foi de R\$7,0 milhões.

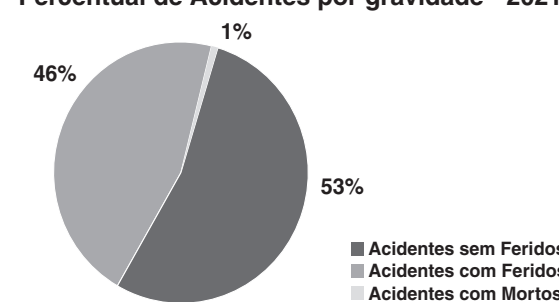
Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2021	2020	Acumulado até 2019
ISS - Imposto Sobre Serviço	7,0	5,7	35,3

Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de R\$659 mil, pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2021. O saldo de dividendos no valor de R\$3.455 mil, está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagá-lo em menos de doze meses, e refere-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Planejamento e Gestão empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Em 2021, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão ISO 9001:2015, 5S e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2021, a Companhia investiu R\$65,4 mil (R\$72,7 mil em 2020) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2021. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

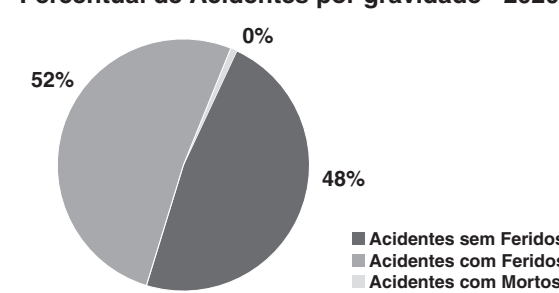
Funcionários alocados na concessão			
Descrição do Cargo	Qtde	Qtde*10.000	
Gerente de tráfego	1	0,13	
Analista de tráfego	1	0,13	
Controlador de tráfego	4	0,53	
Operador de tráfego	9	1,18	
Auxiliar de CCO	4	0,53	
Assistente operacional	1	0,13	
Guincho leve	38	4,99	
Guincho pesado	14	1,84	
Médico	12	1,58	
Resgatista	54	7,09	
Enfermeiro	8	1,05	
Total de Pessoal - Operacional	146	19,2	
Coordenador de pedágio	1	0,1	
Controlador de pedágio	4	0,5	
Supervisor de pedágio	1	0,1	
Analista de pedágio	1	0,1	
Arrecadador	105	13,8	
Assistente de pedágio	8	1,1	
Total de Pessoal - Pedágio	120	15,8	
Total de Pessoal - Concessionária	266	34,92	

Indicadores Operacionais: *Segurança no Trânsito: Acidentes:* Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de Acidentes por gravidade - 2021

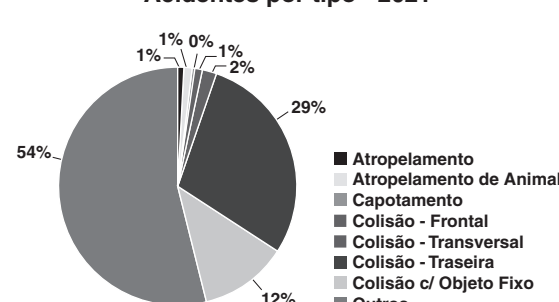


Percentual de Acidentes por gravidade - 2020

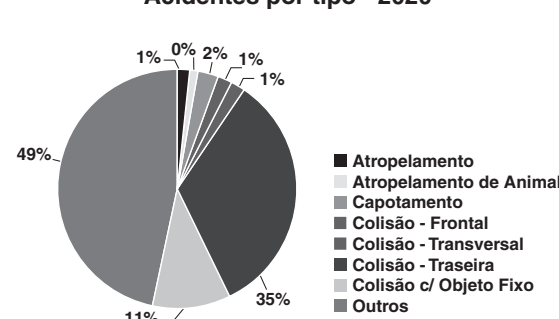


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por tipo - 2021



Acidentes por tipo - 2020



Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no ano de 2021. Com o objetivo de permitir

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE						
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993						
Balanco Social						
1 - Base de cálculo		2021		2020		
		Valor em R\$ mil		Valor em R\$ mil		
Faturamento Bruto		174.273		250.655		
Receita líquida (RL)		162.081		240.696		
Resultado Operacional (RO)		63.653		38.484		
Folha de Pagamento bruta (FPB)		15.695		14.110		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações		15.695		14.110		
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços		0		0		
2 - Indicadores sociais internos		Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB
Alimentação		1.763	11%	1%	1.893	13%
Encargos sociais		2.646	17%	2%	2.310	16%
Previdência privada		141	1%	0%	104	1%
Saúde		1.920	12%	1%	1.812	13%
Segurança e Saúde no trabalho		55	0%	0%	79	1%
Educação		31	0%	0%	7	0%
Cultura		0	0%	0%	0	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional		65	0%	0%	73	1%
Creches ou auxílio creche		18	0%	0%	21	0%
Participação nos lucros ou resultados		715	5%	0%	598	4%
Outros		0	0%	0%	0	0%
Total - Indicadores sociais internos		7.354	47%	5%	6.897	49%
3 - Indicadores sociais externos		Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB
Educação		6	0%	0%	0	0%
Cultura		0	0%	0%	0	0%
Saúde e saneamento		22	0%	0%	222	2%
Esporte		0	0%	0%	300	2%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0%	0%	0	0%
Outros		42	0%	0%	787	6%
Total de contribuições à sociedade		70	0%	0%	1.309	9%
Tributos (Exceto encargos sociais)		0	0%	0%	0	0%
Total - Indicadores sociais externos		70	0%	0%	1.309	9%
4 - Indicadores ambientais		Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária		187	1%	0%	391	3%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		770	5%	0%	1496	11%
Total de investimentos em meio ambiente		957	6%	1%	1.887	13%
Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária		() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%		() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período		266		264		
Tempo de serviço		4% até seis meses 14% de seis meses a um ano 7% entre um e dois anos 34% entre dois e cinco anos 42% mais de cinco anos		13% até seis meses 9% de seis meses a um ano 10% entre um e dois anos 64% entre dois e cinco anos 4% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período		45		32		
Nº de demissões durante o período		35		35		
Nº de colaboradores terceirizados		0		0		
Nº de estagiários (as)		0		0		
Nº de colaboradores com até 18 anos		2		5		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos		40		42		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos		156		146		
Nº de colaboradores acima de 45 anos		45		41		
Nº de mulheres que trabalham na Conc.		84		61		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres		0,0		0,0		
Remuneração paga a mulheres no período		158.718		1.947		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária		38		37		
% de cargos gerenciais ocupados por negros		0		0		
<p>Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp. 6 6</p> <p>Total de horas extras trabalhadas 24.927 21.041</p> <p>Total de horas extras pagas 236.683 278.497</p> <p>Total de INSS pagos 2.006 1.758</p> <p>Total de FGTS pago 639 553</p> <p>Total de Contribuição Sindical paga 158 168</p> <p>Total de demais encargos sociais pagos 0 0</p> <p>Total de ICMS recolhidos no período 0 0</p> <p>Total de IR recolhido no período 0 1.409</p> <p>Total de CSLL recolhidos no período 0 767</p> <p>Total de PIS recolhidos no período 39 781</p> <p>Total de COFINS recolhidos no período 242 3.655</p> <p>Total de outros tributos recolhidos no período 7.034 5.742</p>						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária		96,62%		60,00%		
Número total de acidentes de trabalho		10		5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por		() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores		() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por		(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA		(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA		
Quando a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária		() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT		() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT		
A previdência privada contempla		() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		
A participação nos lucros ou resultados contempla		() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária		() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos		() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos		
Quando a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária		() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		
% de reclamações e críticas solucionadas		98,0% na Concessionária 0% no PROCON 2,0% na Justiça		97,75% na Concessionária 0% no PROCON 2,25% na Justiça		
Valor adicionado total a distribuir						
Distribuição do Valor Adicionado		20,4% governo 14,9% acionistas 48,7% terceiros		16,8% governo 4,1% acionistas 58,4% terceiros		

Relacionamento Com Os Auditores Independentes: Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$259,8 mil. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação de serviços extraordinários em relação à auditoria independente, conforme demonstrado a seguir: em 12 de março de 2021 a PricewaterhouseCoopers foi contratada para Procedimentos Previamente Acordados para emissão de relatório de apuração do ICSD ("Índice de Cobertura do Serviço da Dívida"), ICSD projetado e da Relação entre o Patrimônio Líquido Ajustado/Passivo Total da Companhia para a data-base de 31 de dezembro de 2021. Esses procedimentos foram acordados pela administração da Companhia em conexão com a cláusula 6.1 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, datado de 02 de março de 2018. O valor total dos honorários contratados, não relacionados à auditoria externa, foi de R\$52,5 mil e representa 42,4% em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. O trabalho foi realizado de acordo com a NBC TSC 4400, norma profissional específica para trabalhos de procedimentos acordados, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade e não se constitui trabalho de revisão ou exame de auditoria conduzido de acordo com as normas de revisão ou auditoria (NBC TRs e NBC TAs, respectivamente). **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2021.

Niterói, 14 de março de 2022. **A Administração**

Balanco Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)					
Ativo	Nota		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	
	Explicativa	31/12/2021		31/12/2020	Explicativa
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	107.688	Fornecedores	13	6.880
Aplicações financeiras.....	6	7.417	Empréstimos e financiamentos	13	13.992
Aplicações financeiras - conta reserva.	7	6.408	Debêntures.....	14	7.778
Clientes.....	8	6.387	Arrendamentos a pagar.....	15	174
Tributos a recuperar.....		808	Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.573
Despesas antecipadas		788	Obrigações sociais e trabalhistas.....		2.628
Partes relacionadas.....	16	28	Partes relacionadas.....	16	7.722
Outros créditos.....		188	Obrigações com Poder Concedente	17	317
Total do ativo circulante		129.712	Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.c)	-
		104.168	Dividendos a pagar.....		3.469
			Provisão para manutenção.....	19	6.062
			Provisão para construção de obras.....	18	696
			Outras contas a pagar.....		13
			Total do passivo circulante		51.304
					38.779
Não Circulante			Não Circulante		
Aplicações financeiras - conta reserva.	7	23.568	Empréstimos e financiamentos	13	225.918
Tributos diferidos	12.a)	-	Debêntures.....	14	249.930
Depósitos judiciais.....	9	1.015	Arrendamentos a pagar.....	15	360
Imobilizado	10	7.607	Tributos diferidos	12.a)	1.836
Intangível	11	607.114	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	20	53
Total do ativo não circulante		639.304	Provisão para manutenção.....	19	17.676
		600.674	Provisão para construção de obras.....	18	1.086
			Outras contas a pagar.....		6.880
			Total do passivo não circulante		503.739
			Patrimônio Líquido.....		463.227
			Capital social	21.a)	147.368
			Reserva de lucros - legal.....	21.b)	9.284
			Reserva de lucros - orçamento de capital.....	21.d)	57.175
			Reserva de capital - plano de opção com base em ações.....		146
			Total do patrimônio líquido.....		213.973
Total do Ativo		769.016	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		769.016
		704.842			704.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)			
	Notas		
	Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	22	162.081	240.696
Custo dos serviços prestados	23	(83.115)	(188.900)
Lucro Bruto		78.966	51.796
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	23	(15.312)	(13.311)
Outras receitas (despesas), líquidas.....		(1)	(1)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		63.653	38.484
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	24	6.049	4.120
Despesas financeiras	24	(47.333)	(38.325)
		(41.284)	(34.205)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		22.369	4.279
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes.....	12.b)	(11)	(1.497)
Diferidos	12.a)	(7.752)	(9)
		(7.763)	(1.506)
Lucro Líquido do Exercício		14.606	2.773
Lucro por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído	25	0,10	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)						
	31/12/2021			31/12/2020		
Lucro Líquido do Exercício		14.606	2.773		-	-
Outros Resultados Abrangentes		-	-		-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício		14.606	2.773		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2021		31/12/2020		
Lucro líquido do exercício.....	14.606	2.773	Obrigações sociais e trabalhistas	122	205
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			Partes relacionadas - fornecedores.....	6.994	(11.965)
Depreciações e amortizações	18.301	13.826	Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	98	(1.394)
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	153	59	Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(17)	(83)
Capitalização de juros.....	(14.895)	(4.242)	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras.....	(10.491)	(7.871)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	57.923	38.983	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	(3.680)	(3.528)
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	30	105	Outras contas a pagar	1.202	1.687
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	7	7	Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(11)	(1.588)
Provisão para manutenção	(962)	9.153	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	82.777	40.128
Atualização monetária da provisão para manutenção e construção de obras	3.069	2.670	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(39)	(52)	Aquisição de imobilizado	(2.558)	(914)
Obrigações com Poder Concedente.....	3.700	3.535	Aquisição de intangível	(39.061)	(126.721)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(10)	(3)	Aplicações financeiras	(3.459)	13.390
Tributos diferidos	7.752	9	Aplicações financeiras - conta reserva	(6.267)	(13.062)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11	1.497	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(51.345)	(127.307)
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva.....	(1.135)	(383)	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Variação nos ativos operacionais:			Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio pagos .	(659)	(4.904)
Clientes	(1.641)	972	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(12.836)	(4.568)
Partes relacionadas - clientes.....	39	(67)	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(30.670)	(18.045)
Tributos a recuperar	641	(1.142)	Captação de empréstimos e financiamentos	31.856	19.763
Despesas antecipadas.....	80	147	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento.....	(12.309)	(7.754)
Depósitos judiciais	1	(993)	Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	19.123	(94.933)
Outros créditos.....	(51)	30	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	88.565	183.498
Variação nos passivos operacionais:			Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	19.123	(94.933)
Fornecedores.....	980	(2.219)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE						
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993						
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)						
	Reservas de lucros		Reserva de capital		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Orçamento de Capital	Plano de opção com base em ações		
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	147.368	8.415	44.793	146	-	200.722
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.773	2.773
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	139	-	-	(139)	-
Orçamento de capital	-	-	1.975	-	(1.975)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,004 por ação)	-	-	-	-	(659)	(659)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	147.368	8.554	46.768	146	-	202.836
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.606	14.606
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	730	-	-	(730)	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	-	-	10.407	-	(10.407)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,02 por ação)	-	-	-	-	(3.469)	(3.469)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	147.368	9.284	57.175	146	-	213.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do Contrato de Concessão referente ao Edital de concessão nº 01/2015, da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoração, conservação e implantação de melhorias da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinado em 18 de maio de 2015, possui prazo final em 31 de maio de 2045. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.a). A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Bairro Ilha da Conceição, no município de Niterói-RJ. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores. Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e seu Conselho de Administração as aprovou em 10 de março de 2022. a) Impactos COVID-19: A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos. As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais. Na data base de 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o teste de *impairment* (vide Nota Explicativa nº 11) e as administrações não identificaram impacto nos resultados. Adicionalmente, a administração não identificou outros potenciais efeitos nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) Os termos contratuais do ativo finan-

ceiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 24). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substan-

cialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 11 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados em cada Contrato de Concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IFRS 3 - Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações centro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 - Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresenta os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 37 - Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são representados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou <i>joint venture</i> que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 - Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 - Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 17 - Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 - Classificação de passivos como Circulantes ou Não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada). Alterações a Declaração Prática 2 da IFRS (não apresenta uma data de vigência ou exigências de transição)	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O <i>Board</i> preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e IFRS Declaração da Prática e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

continua



CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE
CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 8 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: - Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a reificação de um erro; - Os efeitos da mudança de um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da reificação de erros de períodos anteriores. O Board acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 8 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade deve reconhecer: - Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; (ii) Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. - O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste de saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Demonstrações do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos: A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; • Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • **Impairment:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,04% ao ano (9,90% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 18 e 19.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos.....	2.186	2.615
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	105.379	85.776
Aplicações compromissadas (b)	-	174
Aplicações automáticas (c)	123	88.565
	<u>107.688</u>	<u>88.565</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 sobre o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo as incertezas do mercado econômico, a companhia, preservando a transparência e o conservadorismo dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 100% em Certificado de Depósito Bancário (CDB). Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,4% em Operações Compromissadas. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,1% em 31 de dezembro de 2021 (Em 31 de dezembro de 2020 era 101,0%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras

compromissadas remunerados à taxa 101,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF. (c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. Aplicações Financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos não vinculados	7.417	3.958
	<u>7.417</u>	<u>3.958</u>

Em 31 dezembro 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI em 31 dezembro 2021), vinculado ao fundo de investimento remunerado à taxa média ponderada de 103,1% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui carência até 13 junho 2022. Em 31 de dezembro de 2020, os recursos referiam-se a aplicações financeiras em LTN *over* (Letras do Tesouro Nacional) remuneradas à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletiam as condições de mercado na data do balanço patrimonial. As referidas aplicações possuíam liquidez imediata.

7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Vinculados: As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de investimento	29.976	22.574
	<u>29.976</u>	<u>22.574</u>

Circulante

	31/12/2021	31/12/2020
Não circulante.....	6.408	4.417
	<u>23.568</u>	<u>18.157</u>

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 97% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (121,0% em 31 de dezembro de 2020) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

8. Clientes: Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico (a).....	5.544	4.320
Receitas acessórias (b).....	1.190	1.013
Outras contas a receber.....	280	40
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(627)	(666)
	<u>6.387</u>	<u>4.707</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	14,9	9,8	10,0	17,9	-
	Custo				
Saldos em 31/12/2020.....	7.695	3.698	978	990	13.361
Adições.....	1.257	262	20	1.019	2.558
Saldos em 31/12/2021.....	8.952	3.960	998	2.009	15.919
	Depreciação				
Saldos em 31/12/2020.....	(3.720)	(1.491)	(350)	(772)	(6.333)
Adições.....	(1.238)	(374)	(99)	(268)	(1.979)
Saldos em 31/12/2021.....	(4.958)	(1.865)	(449)	(1.040)	(8.312)
	Residual				
Em 31/12/2021	3.994	2.095	549	969	7.607
Em 31/12/2020	3.975	2.207	628	218	7.028

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	17,1	9,8	10,0	23,0	-
	Custo				
Saldos em 31/12/2019.....	6.855	3.629	974	990	12.448
Adições.....	840	70	4	-	914
Transferências	-	(1)	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2020.....	7.695	3.698	978	990	13.361
	Depreciação				
Saldos em 31/12/2019.....	(2.476)	(1.131)	(252)	(544)	(4.403)
Adições.....	(1.244)	(360)	(98)	(228)	(1.930)
Saldos em 31/12/2020.....	(3.720)	(1.491)	(350)	(772)	(6.333)
	Residual				
Em 31/12/2020	3.975	2.207	628	218	7.028
Em 31/12/2019	4.379	2.498	722	446	8.045

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

11. Intangível: Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	10,0	-	-
	Custo				
Saldos em 31/12/2020.....	476.155	133.827	2.446	703	613.131
Adições.....	16.683	37.868	152	319	55.022
Baixas.....	-	(153)	-	-	(153)
Transferências	3.320	(3.320)	-	-	-
Saldos em 31/12/2021.....	496.158	168.222	2.598	1.022	668.000
	Amortização				
Saldos em 31/12/2020.....	(42.489)	-	(1.887)	(188)	(44.564)
Adições.....	(15.796)	-	(251)	(275)	(16.322)
Saldos em 31/12/2021.....	(58.285)	-	(2.138)	(463)	(60.886)
	Residual				
Em 31/12/2021	437.873	168.222	460	559	607.114
Em 31/12/2020	433.666	133.827	559	515	568.567

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	21,7	-	-
	Custo				
Saldos em 31/12/2019.....	205.651	273.083	2.254	82	481.070
Adições.....	13.828	117.477	192	621	132.118
Baixas.....	(25)	(33)	-	-	(58)
Transferências	256.701	(256.700)	-	-	1
Saldos em 31/12/2020.....	476.155	133.827	2.446	703	613.131
	Amortização				
Saldos em 31/12/2019.....	(31.226)	-	(1.377)	(64)	(32.667)
Adições.....	(11.262)	-	(510)	(124)	(11.896)
Baixa.....	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2020.....	(42.489)	-	(1.887)	(188)	(44.564)
	Residual				
Em 31/12/2020	433.666	133.827	559	515	568.567
Em 31/12/2019	174.425	273.083	877	18	448.403

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como melhorias na Alça Linha Vermelha, desapropriação da Alça Linha Vermelha e Av. Portuária e inspeções, reabilitação e recuperação em pavimentos e obras de artes especiais e infraestrutura para praças de pedágios. (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2021 foram 3,24% a.a. (2,40% a.a. em 31 de dezembro de 2020). (iii) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como obras da construção, melhorias e desapropriações da Alça de ligação Av. Portuária e Linha Vermelha e consultoria de apoio de obras de ampliação de obras de artes especiais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram capitalizados R\$14.895 referentes a encargos financeiros (R\$4.242 em 31 de dezembro de 2020) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2021. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) **premissas de projeção:** as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Adminis-

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	6.387	4.720
Vencidos:		
Acima de 120 dias	627	653
	<u>7.014</u>	<u>5.373</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício.....	666	718
Valores recuperados e baixados	(72)	(90)
Constituição de PECLD	33	38
Saldo no fim do exercício	<u>627</u>	<u>666</u>

9. Depósitos Judiciais: A natureza dos depósitos judiciais são:

	31/12/2021	31/12/2020
Natureza		
Cível	1.005	996
Trabalhista	10	10
	<u>1.015</u>	<u>1.006</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício.....	1.006	10
Adições.....	-	993
Baixas.....	(1)	-
Atualização monetária	10	3
Saldo no fim do exercício	<u>1.015</u>	<u>1.006</u>

10. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20				

continuação

quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial		Resultado	
	31/12/2020	Adi-ções	Bai-xas	31/12/2021
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	13	-	(13)	(13)
Prejuízo fiscal e base negativa.....	-	26	-	26
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	10	7	-	17
Provisão para manutenção	10.825	692	(3.444)	8.073
Juros Capitalizados	(5.009)	(5.064)	122	(9.951)
Outros.....	77	19	(97)	(1)
IR e CS diferido - ativo/passivo (i).....	5.916	(4.320)	(3.432)	(1.836)
Receita (despesas) de IR e CS diferido.....	-	-	-	(7.752)

(i) Em atendimento ao CPC Tributos sobre o Lucro, item 73, registramos R\$1.836 no passivo não circulante (R\$5.916 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020). A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	31/12/2021	31/12/2020
	Ativo	Ativo
2021.....	-	1.184
2022.....	(345)	1.184
2023.....	(372)	1.184
2024.....	(373)	1.182
2025.....	(373)	1.182
Posteriores a 2025	(373)	-
	(1.836)	5.916

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.369	4.279
Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada.....	(7.605)	(1.455)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:.....		
Gratificações/PPR diretores	(120)	(72)
Despesas indutíveis	(3)	(3)
Incentivos fiscais (PAT).....	5	34
Outros.....	(40)	(10)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(7.763)	(1.506)
Imposto de renda e contribuição social correntes..	(11)	(1.497)
Impostos diferidos	(7.752)	(9)
Taxa efetiva.....	34,7%	35,2%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício provisão IR/CS.....	-	91
Despesa IR/CS DRE.....	11	1.497
Total de IR/CS pagos.....	(11)	(1.588)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS.....	-	-

13. Empréstimos e Financiamentos:

Modalidade	Vencimento	final	Taxa de juros	31/12/2021		31/12/2020	
Em moeda nacional:							
Finem BNDES		08/2032 TJLP+3,48% a.a.		57.763	60.260		
Finem BNDES		12/2032 TJLP+3,48% a.a.		122.476	121.237		
Finem BNDES		06/2034 TJLP+3,48% a.a.		59.671	38.634		
				239.910	220.131		
Circulante				13.992	11.877		
Não circulante.....				225.918	208.254		

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2021	31/12/2020
2022.....	-	12.118
2023.....	14.328	13.110
2024.....	15.654	14.226
2025.....	17.064	15.399
2026.....	18.567	16.635
Posteriores a 2026	160.305	136.766
	225.918	208.254

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício.....	220.131	196.544
Adições.....	31.856	19.763
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	19.619	16.893
Pagamento principal	(12.525)	(4.444)
Pagamento de juros	(19.171)	(8.625)
Saldo no fim do exercício	239.910	220.131
Circulante	13.992	11.877
Não Circulante.....	225.918	208.254

Descrição dos principais contrato de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30 Após o Completion não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Interviente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 4,00	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.

Conforme nota Explicativa nº 21.c, a Companhia está distribuindo apenas o mínimo obrigatório por lei.

	Exigido	Medido
Índices financeiros Ecoponte		
Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	31,4%
ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	1,88
Dívida Líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	2,83

A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas do referido contrato. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na Companhia são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A.....	107.465	62.649	8.767	177 mensais
b.....	177.920	125.917	9.734	157 mensais
c.....	118.915	61.929	2.665	163 mensais
d.....	10.625	1.495	128	177 mensais
e.....	2.075	1.764	165	157 mensais
Total.....	417.000	253.755	21.459	

14. Debêntures: A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2021	31/12/2020
1ª Emissão	10/2034	IPCA + 4,4% a.a.	257.708	230.903
			257.708	230.903
Circulante			7.778	859
Não circulante.....			249.930	230.044

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício.....	230.903	218.233
Pagamento de juros	(11.445)	(9.369)
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	38.250	22.039
Saldo no fim do exercício	257.708	230.903
Circulante	7.778	859
Não circulante.....	249.930	230.044

Em 19 de novembro de 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$230.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 4,4% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2034. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

	31/12/2021			31/12/2020		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2022.....	-	-	-	6.065	(1.354)	4.711
2023.....	6.696	(1.325)	5.371	6.065	(1.325)	4.740
2024.....	7.365	(1.295)	6.070	6.672	(1.295)	5.377
2025.....	8.704	(1.260)	7.444	7.885	(1.260)	6.625
2026.....	10.044	(1.218)	8.826	9.098	(1.218)	7.880
a partir de 2026	228.324	(6.105)	222.219	206.818	(6.107)	200.711
	261.133	(11.203)	249.930	242.603	(12.559)	230.044

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
1ª emissão	Patrimônio líquido/Passivo total	≥ 20%	31,4%
	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,30x	1,88

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas do referido contrato. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros IPCA+	TIR
Série única ...	19/11/2019	230.000	(15.246)	214.754	4,4% a.a.	14,84%
		230.000	(15.246)	214.754		

Companhia	Natureza	Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Resultado Circulante	Resultado Não circulante
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	3.262	713	-	3.456	2.716
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	-	-	27	247	132	-
Consórcio Alças da Ponte (c)	Outras partes relacionadas	-	15.051	6.697	-	-	-
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (d).....	Outras partes relacionadas	9	-	-	-	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias(d).....	Outras partes relacionadas	19	-	285	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021		28	18.313	7.722	247	3.588	2.716
Total em 31 de dezembro de 2020		67	64.884	728	-	2.942	2.311

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$9.331, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto a pagar de R\$731 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (b) A Companhia e sua Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua Controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecoponte loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de dezembro de 2021 este valor atualizado é de R\$27 por mês. (c) O Consórcio Alças da Ponte, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$354.483 e o prazo de execução desses serviços foi 30 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto a pagar de R\$6.697 referente a pleitos contratuais reconhecidos pela Companhia relacionados a custos indiretos adicionais do contrato ENG - CT 00004/18, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. Remuneração de administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 em R\$1.260 (R\$1.176 em 31 de dezembro de 2020). A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2022, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a ratificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.279, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração (fixa/variável)	922	726
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock).....	42	41
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde.....	58	98
Previdência privada	31	43
FGTS	51	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	173	134
	1.279	1.044

17. Obrigações com Poder Concedente:

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas:		
Taxa de fiscalização ANTT	317	297
	317	297
Circulante	317	297

Conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá pagar título de fiscalização o valor de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado é de R\$317 (R\$297 em 31 de dezembro de 2020). A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício.....	297	290
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	3.700	3.535
Pagamento do principal.....	(3.680)	(3.528)
Saldo no final do exercício.....	317	297

a) **Informações sobre o Contrato de Concessão:** Contratante: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 18 de maio de 2015 (início do prazo da concessão em 01 de junho de 2015, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Objeto da Concessão: Exploração pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) - "Ponte Rio-Niterói", com 28,7km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 1º de junho. Prazo de vigência: 31 de maio de 2045. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrente de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita e o custo de construção totalizaram R\$33.454, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2021, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	Previsão até o fim da concessão	31/12/2021	31/12/2020
Natureza dos custos:			
Melhorias na infraestrutura.....	182.862	233.874	
Conservação especial (manutenção)	187.979	186.060	
Equipamentos.....	99.822	92.183	
	470.663	512.117	

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios

15. Arrendamentos a Pagar: As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	534	526
Circulante	174	69
Não circulante.....	360	457

A movimentação das informações

continuação

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2021, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$2.613 (R\$2.663 em 31 de dezembro de 2020), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. (c) Processos tributários: Em 31 de dezembro de 2021, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$543 (R\$531 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

21. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$147.368, representados por 147.367.960 ações ordinárias respectivamente, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. b) Reserva de lucros - legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é de R\$9.284 (R\$8.554 em 31 de dezembro de 2020). c) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de R\$659, pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 27 de Abril de 2021. O saldo de dividendos no valor de R\$3.469, está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagá-lo em menos de doze meses, e refere-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O cálculo dos dividendos é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício.....	14.606	2.773
Constituição da reserva legal.....	(730)	(139)
Base de cálculo dos dividendos.....	13.876	2.634
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios.....	(3.469)	(659)
Orçamento de Capital.....	(10.407)	(1.975)

d) Reserva de retenção de lucros - Orçamento de Capital: Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2021 é de R\$57.175 (R\$46.768 em 31 de dezembro de 2020).

22. Receita Líquida: Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário.....	58.005	57.660
Pedágio por equipamento eletrônico (a).....	66.061	47.546
Vale-pedágio.....	8.177	2.130
Outras.....	115	118
	<u>132.358</u>	<u>107.454</u>
Receita de construção (b).....	33.454	135.710
Receitas acessórias (c).....	8.461	7.491
Receita bruta.....	174.273	250.655
Deduções da receita bruta (d).....	(12.192)	(9.959)
Receita líquida.....	162.081	240.696
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio.....	132.358	107.454
Receitas acessórias.....	8.461	7.491
	<u>140.819</u>	<u>114.945</u>
Deduções		
Cotins (3%).....	(4.225)	(3.448)
PIS (0,65%).....	(915)	(747)
ISS (2% a 5%).....	(7.034)	(5.742)
Abatimentos.....	(18)	(22)
	<u>(12.192)</u>	<u>(9.959)</u>

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (d) Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

23. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza:

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal.....	15.695	14.110
Conservação e manutenção.....	5.328	4.928
Serviços de terceiros (*).....	14.083	12.967
Seguros.....	2.129	2.050
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 17).....	3.700	3.535
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19).....	(962)	9.153
Custo de construção de obras.....	33.454	135.710
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 10 e nº 11).....	18.301	13.826
Locação de imóveis e máquinas.....	332	390
Outros custos e despesas operacionais.....	6.367	5.542
	<u>98.427</u>	<u>202.211</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados.....	83.115	188.900
Despesas gerais e administrativas.....	15.312	13.311
	<u>98.427</u>	<u>202.211</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

24. Resultado Financeiro:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras.....	5.965	4.101
Variação monetária sobre créditos fiscais.....	10	3
Outras receitas financeiras.....	74	16
	<u>6.049</u>	<u>4.120</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures.....	(11.675)	(10.423)
Juros sobre empréstimos e financiamentos.....	(19.619)	(16.874)
Variação monetária sobre debêntures.....	(25.227)	(10.277)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos.....	-	(19)

	31/12/2021	31/12/2020
Amortização de custos com emissão de debêntures.....	(1.348)	(1.339)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras.....	(3.069)	(2.670)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas.....	(7)	(7)
Juros Capitalizados.....	14.895	4.242
Pis/COFINS sobre outras receitas financeiras.....	(281)	(241)
Juros sobre arrendamentos.....	(54)	(51)
Outras despesas financeiras.....	(948)	(666)
	<u>(47.333)</u>	<u>(38.325)</u>
	<u>(41.284)</u>	<u>(34.205)</u>

Resultado financeiro, líquido.....
25. Lucro por Ação: a) Lucro básico por ação: O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação.....	14.606	2.773
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação.....	147.368	147.368
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas.....	0,10	0,02

b) Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

26. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros: Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. **Índices de endividamento:**

	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (i).....	498.469	451.857
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados.....	(137.664)	(111.139)
Dívida líquida.....	360.805	340.718
Patrimônio líquido (ii).....	213.973	202.836
Índice de endividamento líquido.....	1,69	1,68

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14, 15 e 17. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 101,8% do CDI em 31 de dezembro de 2021, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2020 era 105,0% do CDI). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i).....	2.186	2.186
Clientes (ii).....	6.387	6.387
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (i).....	142.895	142.895
Passivos:		
Fornecedores (ii).....	6.880	6.880
Empréstimos e financiamentos (iii).....	239.910	239.885
Debêntures (iii).....	257.708	222.099
Arrendamentos a pagar (iii).....	534	534
Obrigações com Poder Concedente (iii).....	317	317

(i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva aproximam-se do valor justo na data do balanço. (ii) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de

riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentração de risco de crédito e consistem, primariamente, em Caixa, Equivalentes de Caixa e Clientes. Afim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$4.002 (R\$3.244 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES.....	3,48% a.a. TJLP + TJLP +	8.303	8.303	8.303	63.656
BNDES.....	3,48% a.a. TJLP +	16.965	16.965	16.965	135.718
BNDES.....	3,48% a.a. TJLP +	195	195	195	1.563
BNDES.....	3,48% a.a. IPCA +	7.801	7.801	7.801	74.111
Debêntures.....	4,40% a.a. Conforme contrato a pagar.....	22.750	22.000	25.146	863.092
		174	58	14	288
		<u>56.188</u>	<u>55.322</u>	<u>58.424</u>	<u>1.138.428</u>

Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, TJLP e do IPCA-A, principais indicadores das aplicações financeiras, debêntures e empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a).....	Alta do CDI	10.838	13.547	16.256
Empréstimos e financiamentos (b).....	Alta do TJLP	(18.848)	(26.748)	(35.896)
Juros sobre debêntures (c).....	Alta do IPCA	(13.782)	(14.012)	(14.245)
Juros a incorrer, líquidos.....		(21.792)	(27.213)	(33.885)

(* Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
CDI (a).....	11,65%	14,56%	17,48%
TJLP (b).....	4,85%	6,06%	7,28%
IPCA (c).....	3,88%	4,85%	5,82%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E - Dezembro/2021.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso - CPC 06 (R2).....	319	621

28. Informação por Segmento de Negócio: A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Conselho de Administração	Diretoria
Membros Efetivos: MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA) ALBERTO LUIZ LODI RUI JUAREZ KLEIN LUIZ VELLOSO EDUARDO JACOB	Diretor Presidente - ALBERTO LUIZ LODI Diretor Superintendente e de Relações Investidores - MATHEUS DA SILVA PEREIRA FERNANDES Contador: HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 T MG

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 22) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 606.095 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.
A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.
Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório o auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles

continuação

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação

em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 15/03/2022 16:44
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 1647287041a3a94a9a0f1c40beadafb0e11f9bfef